

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.420 - MS (2018/0301941-7)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : GREGORIO DA COSTA SOARES
AGRAVANTE : OLIMPIA CASTELLO SOARES
ADVOGADOS : RAIMUNDO GIRELLI - MS001450
VITOR DIAS GIRELLI E OUTRO(S) - MS005960
CELSO MASSAYUKI ARAKAKI - MS006001
MANOEL EDUARDO DE SANT'ANNA CORRÊA - MS012521
AGRAVADO : JOSE APARECIDO TOME
ADVOGADOS : VITOR DIAS GIRELLI - MS005960
FÁBIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA - MT006848B
CELSO MASSAYUKI ARAKAKI - MS006001
MANOEL EDUARDO DE SANT'ANNA CORRÊA - MS012521
INTERES. : FABIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADOS : VITOR DIAS GIRELLI - MS005960
CELSO MASSAYUKI ARAKAKI - MS006001
MANOEL EDUARDO DE SANT'ANNA CORRÊA - MS012521

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO CONTRAPOSTO DE MANUTENÇÃO DE POSSE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL AFASTADA. PRETENSÃO DE DISCUSSÃO DOS LIMITES DA SENTENÇA DE MÉRITO. REEXAME DOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO PRODUZIDOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

GREGORIO DA COSTA SOARES e OLIMPIA CASTELLO SOARES (GREGORIO e OLIMPIA) interpuseram agravo de instrumento contra decisão que, no no cumprimento de sentença da ação de reintegração de posse ajuizada por JOSÉ APARECIDO TOME (JOSÉ), determinou a expedição de mandado de manutenção de posse sobre parte da área litigiosa, bem como a intimação dos ora agravantes para desocuparem voluntariamente outra parte da Fazenda Itumirim.

O TJMS negou provimento aludido agravo de instrumento em acórdão assim ementado:

E M E N T A – AGRAVO DE INSTRUMENTO – REINTEGRAÇÃO DE POSSE E PEDIDO CONTRAPOSTO DE MANUTENÇÃO DE POSSE - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Superior Tribunal de Justiça

– PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DOS LIMITES FIXADOS EM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO – DESCABIMENTO.

01. Impossibilidade de rediscutir, na fase de cumprimento, o mérito da sentença já transitada em julgado, mediante questionamento da área que foi objeto de discussão judicial.

02. A ocupação parcial do imóvel, no decorrer da demanda, mediante construção de cerca e colocação de gado, não implica restrição total do poder de posse, de modo que o ato continua a ser turbação, suscetível de proteção mediante ação de manutenção de posse.

03. A título de complementação, ainda que se entendesse ter ocorrido esbulho, diante da fungibilidade e do princípio da efetividade processual, seria possível determinação de desocupação do local. Recurso não provido (e-STJ, fls. 269/270).

Os embargos de declaração opostos por GREGORIO foram rejeitados (e-STJ, fls. 286/290).

Irresignados, GREGORIO e OLIMPIA interpuseram recurso especial, fundado na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando a violação dos arts. 502, 518, 560, 561 e 1.022 do NCPC, sustentando, em síntese, que o comando da sentença exequenda determinou apenas a manutenção da posse em favor dos autores, mas o acórdão recorrido teria determinado a imissão e/ou a reintegração da posse, o que, além de traduzir erro material, ofenderia à coisa julgada.

O apelo especial não foi admitido na origem sob o fundamento de incidência das Súmulas nºs 7 e 83 do STJ.

GREGORIO e OLIMPIA, então, interpuseram o presente agravo refutando a incidência dos aludidos óbices sumulares e repisando as teses ventiladas no apelo nobre denegado na origem.

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl. 427).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Examinando a preliminar de nulidade em razão da alegação da

Superior Tribunal de Justiça

existência de erro material no acórdão recorrido, verifica-se nitidamente a pretensão infringente dos declaratórios opostos na origem, o que afasta a suposta violação do art. 1.022 do NCPC.

De fato, ao rechaçar a pretensão integrativa, o TJMS esclareceu que

[...]

Como consignado, o recorrente altera a verdade dos fatos, ao sustentar que a ação de reintegração de posse por ele proposta e a de manutenção de posse ajuizada pelo agravado abrangem apenas 450m², onde consta cabana de pescador, construída na beira do rio. Da análise da inicial, do pedido contraposto e da sentença, conclui-se que ambas as demandas versam sobre, aproximadamente, 21.000, dos 27.000 hectares que compõem a Fazenda Itumirim.

O recorrente pretende, mais uma vez, rediscutir o mérito da sentença

transitada em julgado.

Ademais, deve ser afastada a alegação de que o pedido contraposto é de manutenção de posse e não imissão de posse, o que afrontaria a coisa julgada. A imissão de posse é pautada na propriedade, quando o que se discute aqui é a posse. Na verdade, o recorrente se insurge contra possível conversão da demanda de manutenção em reintegração de posse, também sem razão.

O juiz, na fase de cumprimento da decisão, além de determinar a manutenção do autor na posse da área em que já se encontra, diante da fungibilidade da tutela possessória, determinou a desocupação da área remanescente pelo réu, por ser indevida. O esbulho implica perda da posse e possibilita o ajuizamento de ação de reintegração.

Na hipótese, embora tenha ocorrido a ocupação do imóvel pelo recorrente, mediante construção de cerca e colocação de gado, não houve restrição integral do poder de posse do reconvinte. Logo, o ato continuou a ser turbção, suscetível de proteção mediante ação de manutenção de posse.

A título de complementação, independentemente da natureza do ato, contrário ao poder de fato sobre a coisa, a proteção possessória é ampla, pois permite-se a conversão de uma ação em outra (art. 554, Código de Processo Civil). Dessa forma, ainda que se entendesse ter ocorrido o esbulho, diante da fungibilidade e do princípio da efetividade processual, seria possível a determinação de desocupação do local (que ocorreu no decurso do processo).

Em verdade, o embargante pretende, de maneira confusa, rediscutir a matéria decidida no agravo de instrumento, o que não é permitido por meio do presente recurso (e-STJ, fls. 288/289).

Logo, não se vislumbra o vício imputado ao acórdão recorrido, mas a

Superior Tribunal de Justiça

exclusiva pretensão modificativa dos embargos de declaração opostos, o que, como sabido, é manifestamente incompatível com a via integrativa.

Como se sabe, *esta Corte Superior toma os fatos assim como delineados no acórdão, sendo vedada a reconstrução, através do reexame, do acervo fático-probatório* (AgRg no AREsp nº 633.714/MT, de minha relatoria, Terceira Turma, DJe 1º/7/2015).

Nesse contexto, é inegável que a pretendida alteração das conclusões do Tribunal de origem esbarraria nos rigores contidos na Súmula nº 7 do STJ, sendo certo, ainda, que, partindo-se das premissas assentadas pelo acórdão recorrido, a linha argumentativa desenvolvida por GREGORIO e OLIMPIA se revela incapaz de evidenciar o malferimento da legislação federal invocada, o que também atrai a incidência da Súmula nº 284 do STF.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TEORIA DA APARÊNCIA. APLICAÇÃO. CITAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA NA SUA REPRESENTAÇÃO LOCAL. QUESTÃO PACIFICADA NO ÂMBITO DA CORTE ESPECIAL. SÚMULA Nº 83/STJ. VERSÃO NÃO RESPALDADA PELA CORTE ESTADUAL. SÚMULA Nº 7/STJ.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA SEM MÁCULA.

1. [...]

2. Na hipótese em apreço, a versão dos fatos apresentada pela recorrente desafia a moldura fática constante do aresto recorrido. Dessa forma, inviável o recurso apresentado, pois este Tribunal toma os fatos assim como delineados no acórdão, sendo vedada a reconstrução, através do reexame, do acervo fático-probatório, a teor do enunciado nº 7 da Súmula desta Corte.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp nº 1.017.005/BA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 22/10/2013)

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Inaplicável, no caso, a majoração dos honorários advocatícios prevista no art. 85, § 2º c/c § 11 do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

